

Adulto

Quando o homem torna-se adulto? Referimo-nos, naturalmente, à idade mental e, não, à idade biológica. Talvez, seja melhor perguntar quando o ser humano torna-se, mentalmente, adulto. A fase infantil é fácil caracterizar: corre e brinca e, quando contrariada, chora e esperneia. A fase jovem também: festeiro e egoísta, acha-se belo e irresistível e, quando contrariado, emburra e entende-se vítima da opressão de algum tirano, real ou imaginário. O velho também não é difícil caracterizar: já levou tanta pancada que não se mete mais em disputas tolas e, estrategicamente, impõe-se pelo silêncio. Mas, e o adulto, o que caracteriza a condição adulta? A definição do *Google* é representativa de nossa época, infantil e hilária: *a fase intermediária entre a juventude e a velhice da vida animal*. Uma definição que, além de não definir nada, esquece a vida vegetal e as árvores, cuja fase adulta parece adequado caracterizar como aquela na qual elas produzem frutos. Essa definição, sendo biológica, não serve para caracterizar a maturidade mental humana, mormente quando meninas de treze anos são levadas, irresponsavelmente, a frutificar. Diante desse quadro, restou-nos meditar e gerar uma solução própria: concluímos adequado definir e caracterizar como adulto o ser humano que entendeu e assumiu, conscientemente, que tudo o que lhe acontece na vida resulta ser de sua exclusiva responsabilidade e, em consequência, já não culpa outros pelos seus infortúnios. Um homem que tenha entendido que não lhe cabe o direito de exigir ou mesmo de cultivar expectativa de que outros resolvam os seus problemas. Um homem que pessoalmente enfrenta seus problemas e procura evitar toda situação de dependência de terceiros.

Assumir, conscientemente, a responsabilidade pela própria vida resulta ou pode resultar da compreensão de uma lei universal bastante conhecida, designada lei do retorno, segundo a qual a natureza devolve a cada um, conforme o seu plantio. A versão dura dessa lei afirma ser o plantio facultativo e a colheita, obrigatória. Embora alguns desdenhem disso, o conceito de adulto que assumimos implica consciência harmonizada com a natureza, por reconhecer que dela faz parte, e que, embora não se conheça tudo sobre as leis que regem o universo, resulta prudente considerar-se submetido a elas, em vez de, infantilmente, imaginar que a natureza deva adequar-se às suas/nossas idiosincrasias pessoais. Essa participação na natureza e esse respeito pela natureza fundamentam o respeito que um adulto cultiva por si mesmo e por seus pares, igualmente frutos dela. A consciência de estarmos emersos na natureza e dela dependermos estruturalmente configura, em nosso entender, o ponto de vista básico que instrumentaliza a consciência humana adulta.

Ao ser conscientemente responsável por si mesmo e ao ter consciência da sua íntima comunhão e dependência para com a natureza, o adulto percebe que, para atuar eficazmente no mundo, precisa conhecer e dominar as leis universais que regem as coisas: ninguém pode ter sucesso atuando em universo cuja organização e cujo funcionamento desconhece. Apenas *boas intenções* não bastam, como a sabedoria popular reconhece, ao advertir que de boas intenções o inferno está cheio. Para não produzir urubus pensando criar andorinhas, é preciso adquirir um referencial que lhe forneça base racional e científica, a partir da qual possa interpretar, de modo realista, as circunstâncias e, conseqüentemente, adotar comportamentos adequados. Embora o domínio formal e completo de referencial com tais propriedades requeira estudos mais

detidos¹, a parcela do referencial que permite contemplar a questão da maturidade mental humana, objeto destas considerações, pode ser explicitada em menos palavras.

Imagine-se que D. Maria, que comprou um terreno, procure arquiteto e lhe declare que deseja construir uma casa para morar e o arquiteto aceite o trabalho. Não é difícil perceber que, do momento da encomenda do projeto e da contratação do arquiteto até que este lhe entregue as chaves informando: – feito, D. Maria, a casa está pronta, permeia processo de criação que contempla duas fases principais. Na primeira fase, o arquiteto elabora o projeto da casa, definindo os materiais a serem utilizados e estabelecendo como esses materiais devem ser articulados e dispostos para que, no final, a casa resulte construída, de acordo com os critérios técnicos recomendados e os desejos de D. Maria. Uma vez definido e aprovado o projeto, desenvolve-se a segunda fase, de edificação, que culmina com a casa pronta e a entrega das chaves. Focando a estrutura lógica essencial desse processo, constata-se que se trata de um processo criativo, que começa com a decisão de D. Maria de criar algo novo, que ainda não existia. Ela postulou um novo ser, designado “a casa de D. Maria”, e, assim, deflagrou um processo que culmina quando esse ser fica pronto e passa a existir em ato, como casa ou residência de D. Maria. No início, a casa era apenas um ser em potência, ainda não bem especificado, mas já com dois atributos: tratava-se de uma unidade indivisível, isto é, era uma casa e não duas ou meia casa, e já tinha propósito definido: era destinada a ser a residência de D. Maria, isto é, tratava-se de um ser simples e indivisível, porém, determinado. Quando a casa ficou pronta, também era uma casa e não duas ou meia, no entanto, tratava-se, agora, de um ente complexo feito de partes, existente em ato, precisamente determinado. Começou como unidade simples e indivisível e terminou, também, como unidade, porém complexa, feita de partes, isto é, culminou como totalidade. Caso o leitor examine o mundo ao seu redor, verá que tudo o que existe isolado no mundo existe na condição de unidade limitada e na forma de unidade complexa feita de partes, isto é, na forma de totalidade. Nosso universo apenas admite na existência presenças configuradas na forma de totalidade, sendo que a complexidade universal se edifica não juntando partes, mas articulando, inteligentemente, totalidades bem constituídas.

Desse exemplo da construção da casa de D. Maria a primeira lição a se retirar é que, entre o ser unitário inicial e o ente total final, permeia processo criativo que vai do um ao todo e que, convertendo potência em ato existencial, estabelece novo fenômeno ou nova presença no mundo. Do um ao todo configura um percurso que, caso tenha aplicação universal, explica como a existência em ato resulta criada em nosso universo. A segunda lição a se retirar é esclarecer as diferenças lógicas que separam as duas fases do percurso criativo e conceituá-las devidamente para que se tornem ferramentas interpretativas úteis ao bom entendimento das coisas. A primeira fase culmina com a definição e a especificação precisa do projeto da casa. Em termos lógicos, esse projeto define de que maneira e com que cuidados técnicos os diferentes componentes devem ser reunidos, articulados e dispostos na construção. Em termos genéricos, podemos dizer que o projeto define “a inteligência organizativa” que deve orientar a aplicação dos materiais para que resulte a casa tal e qual desejada. Caso as determinações do projeto sejam rigorosamente observadas, podemos entender que a casa construída resulta moldada e configurada pela inteligência organizativa definida no

¹ No *site* <https://academiaplatao.com.br/>, os interessados podem encontrar textos voltados à especificação do referencial que instrumentaliza nossa visão de mundo.

projeto. Em resumo, o projeto especifica a inteligência organizativa que aplicada à casa permitirá que ela contenha os atributos desejados e seja daquela forma e não de outra distinta. Caso alguém deseje conhecer e entender a casa, o que poderá fazer é inteirar-se da inteligência organizativa que a molda e a configura, uma vez que a matéria em si não é pensável. Na primeira fase, de projeto, o arquiteto movimentou um tipo especial de conhecimento que convém denominar de “inteligência criativa”. Essa inteligência criativa compreende, naturalmente, desde conhecimentos de engenharia civil e de custos até conhecimento do código de obras da localidade e muitos outros, mas, em última instância, precisa respeitar o que dita a lógica, a geometria e a matemática ou, enfim, as leis da natureza.

Para ficarmos em plano lógico e genérico, observe-se que apenas a primeira fase resulta ser genuinamente criativa. Nessa fase, uma inteligência criativa gera a inteligência organizativa destinada a configurar a nova existência almejada. Na segunda fase, o que se tem é um processo operacional que apenas materializa o que foi anteriormente projetado. Caso se passe agora do caso particular de construção de uma casa para o caso geral de construção do universo, constata-se que, lançando mão dos conceitos de inteligência criativa e de inteligência organizativa, estamos habilitados a pensar a própria construção do universo. Basta entendê-lo como processo de criação que se estende do um ao todo, em processo de crescente complexificação, sob auspícios de leis gerais que regem a natureza e que tornam essa complexificação compulsória. Nessa perspectiva, a existência é necessária, e o universo, o local de manifestação da organização. Nesses termos, o que caracteriza cada fenômeno existente, manifesto no mundo, é uma dada inteligência organizativa, uma dada organização que varia de um fenômeno para outro, mas resulta sempre fruto de uma mesma inteligência criativa, a qual podemos designar “algoritmo da criação”, dado que essa inteligência criativa responde pelo modo de ser ou existir de tudo o que compõe, integra e faz parte do universo. Esse algoritmo da criação, já indicado nos relatos mitológicos do Egito Imperial, produz existência sempre na forma de totalidade complexa feita de partes e, sendo universal, garante o caráter organizado do universo: constitui o índice que responde pela ordem cósmica. Por essa razão, o processo criativo da casa não pode ser logicamente distinto do processo de criação do universo.

Essas breves pinceladas sobre a lógica da criação não visam a esclarecer o que seja nem como funciona o algoritmo da criação. Pretendem apenas mostrar que é possível, com o estudo devido, organizar a cabeça e pensar de modo ordenado e metódico. Conceitualmente, damo-nos por satisfeitos se o leitor admitir que: 1. o universo é organizado, 2. a natureza se edifica do simples para o complexo e 3. tudo o que existe existe na forma de totalidade. Com isso, pensamos esclarecer a posição a partir da qual olhamos a realidade e justificar a nossa afirmação de que a complexidade universal se edifica não juntando partes, mas articulando, de forma inteligente, totalidades bem constituídas.

Dado ser este, segundo o nosso entendimento, o tipo de contexto e de natureza dentro da qual a espécie humana desenvolve a sua ontogênese, retomemos a questão proposta de devida caracterização da fase humana adulta. Tratando-se de maturidade mental, resulta necessário, porém, levar também em conta a dimensão cultural. Nesse sentido, observe-se que estamos vivenciando um período civilizatório dito pós-moderno, em razão da predominância da lógica dialética, que descortina o processo histórico. Apesar de o momento cultural, em sua manifestação superficial mais

evidente, ser dialético, o alicerce continua sendo científico e, como tal, sustentado pela lógica clássica que, conectando causa e efeito, privilegia o funcionamento sistêmico próprio das relações de matéria com matéria. Com isso, o processo educativo praticado possui, essencialmente, orientação científica, gerando a crença de que apenas o pensamento científico resulta confiável. O pensamento dialético e histórico oferece crítica aos sistemas, mas não dispensa a base científica e, até mesmo, tenta incorporar ferramentas quantitativas, buscando dar caráter “científico” às ciências sociais que patrocina. Com isso, simplificando, podemos admitir que a educação hoje praticada forma, essencialmente, mentes científicas.

Ocorre que o padrão científico vigente, metodologicamente, configura-se analítico, isto é, pega os fenômenos, quebra-os em partes e mergulha no exame das partes, supondo que o conhecimento das partes lhe conceda compreensão plena da realidade. Nasceu, assim, com a física de Newton; permaneceu, assim, com a física de Einstein; e continua, assim, com a mecânica quântica, sempre em busca de suposta unidade simples e indivisível, originária de todo o mundo material. Lembram da casa de D. Maria? Parte-se da casa pronta e procura-se o ser de pura potência que, em última instância, encontra-se na origem da sua criação. Essa focalização nas partes cobra seu preço e implica, naturalmente, descaso e desatenção para com o todo. Dessa forma, contraditoriamente, temos uma humanidade viciada no exame das partes, vivendo em mundo que apenas possui totalidades. Exímios analíticos, não são levados a perceber que a natureza opera e assume feições crescentemente complexas, articulando inteligentemente totalidades. A partícula quântica é um todo, elétron, próton e nêutron são todos, os átomos são todos, e assim também as células, as moléculas, os organismos, os sistemas planetários: o próprio universo é um todo. A natureza comporta-se assim, organizada em estágios de crescente complexidade, em razão do que determina o algoritmo da criação, definidor das condições segundo as quais a existência pode manifestar-se em nosso universo.

Quando o sistema de ensino não focaliza o todo, os educandos deixam de desenvolver familiaridade com a textura organizativa da natureza e, naturalmente, encontram dificuldades de fazer leituras adequadas da realidade. A contemplação do todo exige entender o algoritmo da criação que produz totalidades. Sem isso, resulta impossível desenvolver visão organizada de mundo. Sem saber como o mundo foi criado e funciona, resta também difícil navegar pelo mundo com segurança. Quando se entende o algoritmo da criação, percebe-se que tudo evolui no mundo do simples para o complexo, ordenadamente, em fases bem caracterizadas, e entende-se, igualmente, que nada pode evoluir em desacordo com essas leis universais. A Física, embora ainda desconheça o algoritmo da criação, tem alcançado sucesso na revelação da estrutura crescentemente complexa do mundo material, e a tabela dos elementos químicos, inequivocamente, comprova isso. O método analítico atual da ciência, porém, impõe-lhe limites. Não adianta demolir a casa de D. Maria, na expectativa de encontrar, na materialidade, o ser que lhe deu origem. Teriam de procurá-lo na mente de D. Maria e, para tanto, precisariam das indicações do algoritmo da criação.

Esse descaso e essa negligência do estudo da totalidade, no processo formativo dos homens, não apenas obstaculizam a evolução das ciências da natureza como também atrasam o desenvolvimento das ciências sociais. Ao desconhecer o algoritmo da criação, a História, por exemplo, desconhece que a evolução do processo civilizatório da humanidade cumpre percurso que possui fases bem caracterizadas, de modo similar ao que se dá com a complexificação organizativa da matéria. Dado que civilização ou padrão civilizatório implica padrão cultural, isto é, constitui expressão da subjetividade, o melhor índice para caracterizar as distintas fases do processo civilizatório resulta ser o padrão de discernimento predominante, o padrão de pensamento vigente e, em última instância, o padrão lógico que alicerça o modo de pensar típico de cada época. Nesse sentido, a história humana realmente elucidativa seria a história da evolução do discernimento, a história da conquista das lógicas crescentemente complexas com as quais a natureza instrumentaliza a mente dos homens e facultam-lhes entendimento que também se aperfeiçoa e se expande a cada lógica conquistada. Nesse sentido, o quadro abaixo, produzido para outro trabalho e que não será analisado aqui, fornece, por si só, indicação geral sobre a história da evolução lógica da humanidade.



Tendo em vista a nossa tese de que o processo criativo da natureza se estende da unidade indivisível até a totalidade e que se trata de um índice universal, resta concluir que a conquista da maturidade intelectual da espécie humana apenas será alcançada com o domínio da lógica holística e o predomínio do pensamento da totalidade. Somente pensando o todo, realmente, vislumbramos a realidade e usamos todos os recursos lógicos que instrumentalizam a mente humana.

Estendendo essas considerações ao âmbito da Sociologia e da Política, encontramos as mesmas distorções decorrentes de um ensino de caráter analítico desatento para com a totalidade. Em sociedade, a unidade constitutiva é o indivíduo, e a organização social estrutura-se em camadas de crescente complexidade, tal como o faz a natureza física, engendrando família, condomínio, governo municipal, governo estadual e governo federal. É dessa forma que a sociedade e o Estado brasileiro se estruturam. No âmbito municipal, entre família e governo municipal, organizações setoriais, como clubes, órgãos de classe, associações, empresas e instituições de livre e voluntária adesão, voltadas para o interesse e a conveniência particular de grupos, complementam o quadro, com cada uma dessas instituições configurando totalidade

social e política específica, determinada por necessidades, conveniências, propósitos e funções próprias, correspondentes ao seu âmbito de atuação e aos seus propósitos.

Quando o ensino resulta ser predominantemente analítico, apenas a totalidade individual do aluno não sai de cena, já que é ele que estuda e resulta ser o centro do seu mundo. Essa concentração da atenção em si exacerba a individualidade e, naturalmente, destaca o fato de ser ele o responsável pela própria sobrevivência e pelo próprio sucesso. Nessa condição, de responsável por sua preservação, torna legítimo e adequado que desenvolva boa dose de egoísmo. Se vivesse isolado em floresta, o egoísmo seria a sua mais adequada arma de sobrevivência. Ocorre que não vive isolado, vive em sociedade, e a família constitui o local de sua inserção social, que lhe fornece ambiente aconchegante de recolhimento, onde descansa e pode sentir-se seguro e protegido. Fornece-lhe o ninho ou a toca onde recupera as energias para voltar à labuta no dia seguinte. Quando lhe cabe administrar a família, já não pode mais basear-se, exclusivamente, em seu egoísmo e nos seus interesses individuais. Precisa considerar os interesses de todos os membros do grupo familiar, para manter a família unida e preservar a harmonia. Caso um dos membros adoça, toda a família fica doente, e isso precisa ser superado para que o bem-estar seja reestabelecido. Quando é desafiado a gerenciar o condomínio, a prefeitura, o estado ou, na esfera federal, a presidir a república, atuando como parlamentar ou juiz, cada uma dessas instâncias constitui uma totalidade diferente, uma realidade própria, com justificativas existenciais também próprias, cada vez mais distante dos interesses pessoais e do egoísmo próprios da individualidade. Quanto mais ampla e geral for a totalidade social a ser administrada ou na qual opera, menos se aplicam os interesses pessoais ou de grupos. Ao contrário, mais nefastos eles se tornam.

Podemos demonstrar isso recorrendo a um exemplo presente na natureza física, em que a ausência de livre arbítrio enseja o rigoroso cumprimento das leis universais. Consideremos a totalidade representada pela molécula de água. Suas partes, como sabemos, são átomos de hidrogênio e de oxigênio. Qual é o mundo e quais os interesses do oxigênio? O oxigênio fornece a atmosfera planetária em que vivemos. Na respiração, elimina as impurezas do nosso organismo. Na forma de ozônio, protege a vida de certos raios do sol. Engarrafado, permite-nos mergulhar nos oceanos e navegar pela estratosfera. Em resumo, esse é o mundo do oxigênio. A outra parte, o hidrogênio, também possui um mundo e interesses específicos. Na forma de plasma, constitui o Sol, produz uma estrela. Como energia, pode impulsionar foguetes e movimentar motores. Como explosivo, pode produzir uma explosão nuclear, uma bomba de hidrogênio. Em resumo, é isso que o hidrogênio sabe fazer. Quando se sai das partes e se vai para o todo da molécula de água, a realidade muda completamente. Água pode formar oceanos, oceanos podem gerar a vida. Água evapora na forma de nuvens; nuvens entram, terra seca adentro, e precipitam-se em chuvas; chuvas viabilizam florestas, espalham vida pela terra, criam rios e, enfim, geram verdadeiro sistema circulatório vital para o planeta. Imagine, agora, que uma parte, o hidrogênio, resolva impor a sua vontade e a sua verdade de plasma ao mundo da água. O resultado seria catastrófico: simplesmente, acabaria com o mundo da água e transformaria o planeta em deserto estéril e sem vida, tal como Marte.

Esse exemplo mostra bem como cada totalidade engendra realidade própria e como a lógica e os interesses da parte não se aplicam ao todo e, ao contrário, como a aplicação da lógica da parte ao todo pode destruí-lo e inviabilizá-lo. Quando, a partir

dessa compreensão e dessa capacidade de distinguir a parte do todo, contemplamos a política e a realidade brasileira, descortina-se um panorama que o olhar analítico não consegue vislumbrar.

Primeiramente, compreende-se que apenas adultos deveriam operar e gerir as instâncias constituintes da organização social brasileira, particularmente, as três governamentais que estruturam o Estado brasileiro, amplamente desejado pela Nação, como sendo de feição democrático. Em segundo lugar, o algoritmo da criação, ao destacar as diferentes instâncias totalizantes que estruturam a organização social em uma unidade integrada e funcional – salientando que cada instância configura realidade própria que deve guardar compromisso de complementaridade para com as demais –, evidencia que cada instância governamental possui um âmbito de atuação próprio cuja invasão tende a produzir desorganização e comprometer a funcionalidade do todo, isto é, comprometer a saúde orgânica do Estado.

Em nossa avaliação, os maiores obstáculos à funcionalidade do Estado e ao sucesso da organização social brasileira derivam de invasões de competências que se verificam nesse eixo vertical, segundo o qual a sociedade se estrutura. Invasões que são fruto da prevalência de mentalidades juvenis e voluntaristas entre os operadores governamentais que, indevida e insuficientemente preparados para a vida pública, são sequer capazes de distinguir entre os momentos de disputa do poder e os momentos de exercício do poder, na gestão do interesse coletivo entregue à sua responsabilidade. As atitudes de obstrução legislativa, por exemplo, não são legítimas, pois destinam-se simplesmente a evitar a implantação de agenda já aprovada pelas urnas. Atitude adulta seria aceitar a decisão, tentando incorporar salvaguardas que minimizem os prejuízos à perspectiva vencida. Simplesmente, obstruir significa refugar a delegação recebida, descumprindo o seu papel de operador daquela instância governamental, e, assim, atentar contra o regular funcionamento da organização social. Em sentido inverso, no governo federal, a construção de moradias populares, a administração de creches e a distribuição de cestas básicas nos municípios são exemplos em que a invasão de competência se mostra danosa, sobretudo por fornecer aos gestores municipais a possibilidade de transferir para as esferas superiores a responsabilidade pelas ineficiências locais.

Um operador governamental, certamente, seria capaz de arrolar exemplos suficientes para compor um grosso volume. Existem, porém, dois casos que são lapidares e de conhecimento geral. O primeiro é a intromissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na esfera federal de governo, inclusive com citação na Carta Magna. Com base em que fonte de poder democrático uma entidade de classe, cujas razões existenciais dizem respeito à defesa de certo grupo profissional e, assim, situa-se como organização social inerente ao âmbito municipal, arroga-se no direito de intervir na esfera federal de governo? Essa intervenção não apenas resulta ilegítima em modelo democrático, como revela-se, francamente, nefasta ao estado democrático, na medida em que, amplamente, defende interesses privativos de um grupo, em esfera criada e financiada pela população, para tratar de interesses gerais da Nação. Como o exemplo do hidrogênio e da água mostra, a participação da OAB na esfera federal de governo, tal como a interferência de qualquer outro interesse pessoal ou privado, configura atentado contra o Estado e a Nação brasileira e deveria ser qualificada como crime contra a segurança nacional. Apenas estados monárquicos absolutistas costumam privilegiar uma casta e colocar os seus interesses acima dos interesses gerais da nação.

A situação resulta tão absurda que um presidente da república sofre atentado, isto é, o estado recebe um ataque direto, e a investigação não pode ser concluída porque isso afetaria o direito de sigilo de uma classe profissional.

O segundo caso que vale a pena citar resulta também lapidar do papel destruidor que interesses pessoais ou de grupos podem exercer quando aplicados ao todo. Temos, no Supremo Tribunal Federal (STF), um ministro que já não possui um país para viver, no qual possa andar na rua, fazer compra em *shopping* ou frequentar restaurantes. Em razão de suas ações, não só suas, naturalmente, vê-se obrigado a viver em Portugal. Observe-se que o país dele já foi destruído. A sua ação predadora em defesa de interesses pessoais ou de grupo foi tão ostensiva que, para ele, o Brasil já não existe mais. Da mesma forma, qualquer um de nós que administre a família com egoísmo acabará sem um lar aconchegante para viver. De um modo geral, podemos dizer que as dificuldades políticas e sociais que, atualmente, enfrentamos, não só no Brasil, mas em todo o mundo, decorrem do despreparo dos gestores para exercer o seu papel, distinguindo, precisa e conscientemente, o que é interesse das partes do que é interesse das totalidades que lhes cabe gerir. Evidentemente existem também questões organizativas, e o STF é também, nesse sentido, exemplar: constitui a mais monárquica das instituições brasileiras, e o sistema democrático brasileiro não oferece um recurso democrático capaz de lhe impor limites. Para tanto, seria necessário algo como um sistema eleitoral de base distrital com *recall*, de sorte a possibilitar que a população revalidasse ou não, periodicamente, as autoridades que lhe servem.

Com esse arrazoado e esses exemplos, pensamos ter lançado alguma luz sobre a dimensão do preparo cognitivo exigido para viabilizar a maturidade mental humana. Às vezes, assistimos certas discussões no parlamento que mais parecem disputas verbais entre jovens emburrados. Assistimos sessões solenes do Supremo que lembram jovens brincando de imperadores. Apesar disso, não nos parece adequado estender a crítica ao plano psicológico individual. Na verdade, toda a humanidade ainda não aprendeu a pensar o todo e, portanto, ainda se encontra na fase juvenil da sua ontogênese. Pensar a totalidade, segundo o algoritmo da criação, configura e tipifica o novo estágio civilizatório que se insinua e se avizinha com a superação da pós-modernidade, de modo que não cabe crucificar as pessoas pelo que não sabem. A condição adulta requer não apenas responsabilidade pessoal, mas também capacidade de distinguir as diferentes totalidades que edificam a realidade. Não é à toa que grande parte dos problemas do atual governo brasileiro situa-se no âmbito da educação e da mídia, justamente os setores onde se concentram os intelectuais mais dedicados ao exercício da crítica e da dialética. Tratando-se de modo de pensar ensinado nas escolas como sendo o padrão inferencial superior da espécie, os adeptos sentem-se agora perplexos, ao assistirem a perspectiva ser derrotada, país após país, imaginando estar ocorrendo um retrocesso mental para uma fase já superada de uma lógica de escopo inferior. Não é difícil imaginar a angústia dos dialéticos que pensam que estamos retrocedendo para uma lógica inferior e não percebem que estamos avançando para uma lógica da totalidade. É preciso levar em conta as dificuldades enfrentadas por pessoas que dedicaram a vida toda a um dado modo de pensar, para assumir outro referencial e aceitar que boa parcela das suas crenças mais caras está equivocada. Existe um fato chocante que pode ajudá-los: o fato de terem sido as massas democráticas mundo afora, e não os intelectuais, que perceberam primeiro a inviabilidade da proposta pós-moderna e viabilizaram um rumo alternativo. As massas podem não ser

eruditas, mas, intuitivamente, perceberam que a destruição da família conduz à barbárie e que a lógica dialética apenas serve para criticar e destruir. O ponto de fuga da perspectiva histórica aponta para a entropia e a destruição, de sorte que a dialética, estruturalmente, não serve para construir. A natureza também destrói, mas, após o outono e o inverno, viabiliza a primavera e o verão, lançando mão de outros recursos lógicos. Isso significa que o que está acontecendo no mundo não constitui mudança efêmera e passageira. A mudança configura-se estrutural: a humanidade está tornando-se adulta. Inútil atacar o governo que, justificadamente, enfrenta realmente problemas com o novo e o inusitado. Para que a crítica dialética restasse eficiente teria de convencer as donas de casa de que destruir a família produz civilização superior e que a vida em Cuba e na Venezuela é uma maravilha.

Tenhamos paciência, não é à toa que o desafio lançado por Platão, com a alegoria da caverna, persista depois de dois mil e quinhentos anos. O que está ocorrendo agora é que a natureza, percebendo as dificuldades, está tornando a vida na caverna cada vez mais desconfortável e, de certa forma, impondo, compulsoriamente, o seu abandono. Haverá dor nos olhos, provocada pela luminosidade do sol da verdade, mas esse desconforto há de passar e, depois, a humanidade poderá perceber-se como totalidade e como unidade, arrumar a casa e, quem sabe, começar a olhar para a galáxia.

Brasília, agosto/2019.

Rubi Rodrigues